



**O Poder e o Território do Bandido: Reflexões
sobre Lampião, o Rei do Cangaço**

Ana Cláudia Duarte Rocha Marques e
Jorge Luiz Villela
PPGAS – Museu Nacional/UFRJ

ILHA

Resumo

Tomando-se em conta o solo sócio-cultural do sertão nordestino, com suas implicações históricas, políticas e econômicas, procurou-se estabelecer as relações entre as redes sociais a partir daí geradas e as condições de vida de uma parte da sociedade sertaneja, a sociedade armada. Os laços políticos e pessoais, fruto do tecido social ali criado possibilitou e exigiu que grupos de homens ligados a potentados locais formassem em torno destes últimos uma sorte de exército privados – por assim dizer –, de existência intermitente ou não, promovendo, através disso, a proteção de seu chefe e sua própria. Em certos casos, como os de Lampião, estes exércitos estiveram livres do jugo de patrões e organizaram à sua maneira o seu território ao sabor de alianças políticas que lhes eram favoráveis. O artigo propõe o estabelecimento de uma dupla determinação entre as alianças políticas de Lampião e a sua produção territorial.

Palavras-chaves

Cangaço, política, sertão nordeste, espaço, território.

Abstract

This paper focuses on the socio-cultural background of the Brazilian north-east, where political and personal links allowed and required private armies, around local rulers to promote their patrons' and their own security. Sometimes, as in the case of Lampião, these armies remained free from the boss's yoke, and arranged their territories in their own style according to favourable political alliances. This paper suggest a mutual determination between the Lampião's political alliances and his territorial production.

Keywords

Cangaço, politics, brazilian north-east, space, territory

Na Região Nordeste brasileira desenvolveram-se dois grandes grupos de cultura após a colonização, cujas relações, formas de expressão material, políticas, econômicas, sociais, são ora antagônicas, ora complementares, de acordo com a perspectiva com que se as apreende. A civilização do interior é de certo modo conseqüência daquela do litoral. E no entanto, é incompreensível se for encarada como seu simples reverso ou como seu expurgo. Com efeito, a penetração tardia pelas trilhas dos rios, em um território de vegetação adusta – a caatinga – teve como um dos determinantes a busca de pasto para o gado, cuja criação estorvava no litoral, onde as terras escasseavam e encareciam, seja pela qualidade do solo – excelentes para o cultivo da cana-de-açúcar – seja pela distância das vias de escoamento da produção para o mercado externo (Porto, s.d.).

Gado que não obstante era indispensável ali, principalmente na época das colheitas. Convinha portanto que fosse criado no interior, e conduzido para o litoral somente na época devida (Sodré, 1970). Desse modo, as fazendas de gado do interior aparecem como apêndice econômico dos engenhos do litoral. Mas para os homens livres e para os reinóis recém chegados ao Brasil, a posse de terras e a criação significavam algo mais: a oportunidade de fazer fortuna com a fixação em uma terra estranha, de modo similar ao que ocorrera aos donos de engenho do litoral anteriormente, onde agora só um investimento portentoso de capital permitia, a muito poucos, iniciar-se na arriscada aventura açucareira (Koster, 1942:442-443; Antonil, 1982:76). Desde esse ponto de vista, a penetração no interior do Nordeste, no sertão, foi uma nova fase de conquista e colonização, movida por ambições renovadas, talvez inspiradas pelo que resultara o movimento análogo no século anterior.

A Coroa Portuguesa não esteve alheia a essa nova marcha civilizatória e o modo como nela se inscreveu teve conseqüências fundamentais no ambiente social que começava a esboçar-se. Como afirmou Faoro, a conquista do sertão foi uma *“iniciativa pública com meios particulares”* (1976:156;162). Ao conquistador cabia na maioria das vezes equipar suas tropas e alimentar a empresa com recursos privados e pessoais. Em compensação, a Coroa distribuía, com prodigalidade, cargos administrativos e militares aos expoentes da conquista, e sobretudo datas de sesmarias, que iam sendo requisitadas ao ritmo da marcha para o interior, uma após a outra. Um capitão-mor, nomeado pela Coroa em função dos préstimos colonizadores, bem como de sua prosperidade (Koster, 1942:259), era localmente a maior instância de poder e seu dever de prestar contas se resumia a autoridades muito longínquas. À custa de estender ao máximo o seu domínio, a Coroa apoiou-se continuamente em potentados locais, que ainda que criados por ela mesma só a contragosto acatavam sua interferência, gerando-lhe problemas que, embora tenham sido alvo da atenção Real, sobreviveram-lhe por séculos.

Na ambição de adquirir possessões e riquezas, mediante vantagens oferecidas pela Coroa, mas só a custa dos próprios esforços, novos aventureiros aparecem vinculados a potentados já estabelecidos e munidos de autoridade pelo poder Central. O movimento de expansão colonial não se detém. De sua continuidade resulta um entrelaçado de relações pessoais, movidas por interesses mútuos. Se essa ordem de relações se vislumbra mesmo entre os grandes nomes da Conquista, é também ela que assegura a chegada e a fixação no sertão de toda uma massa obscura de “agentes coloniais”.

“Para as novas sesmarias, descobertas pelos audaciosos sertanistas, afluíram os indivíduos que não dispunham de emprego estritamente produtivo, ou vadios, isto é as populações livres dos mestiços de toda a costa. A esses, atraíam os grandes sesmeiros para fundar seus currais...” (Simonsen, 1957:153).

Cabe notar, como fez Abreu (1930), que essa fase do processo de povoamento do sertão caracteriza-se pelo absentismo dos beneficiários nominais das sesmarias, que muitas vezes nem sequer abandonavam a opulência

de suas vidas no litoral, delegando a outro a execução de sua nova aventura econômica. Por outro lado, para que a expansão continuasse era mister que na retaguarda ficassem currais, assegurando a posse, o abastecimento e a comunicação com as frentes da conquista. O próprio *modus operandi* da marcha expansionista condicionou a fundação de vínculos daquela natureza.

A vastidão de terras frente à escassez dos habitantes foi uma contradição permanente no sertão. O número de residentes em uma fazenda, contando com vaqueiros, outros empregados, agregados e eventualmente o proprietário e sua família, era sempre reduzido. Dado que o próprio processo de internação no sertão engajava as novas gerações, os núcleos familiares, e mesmo de residentes, tenderam ao longo tempo à dispersão que, no entanto, não encontrara necessariamente no afrouxamento dos laços antes estabelecidos uma contrapartida. Na imensidão de um território desocupado, uma sorte de conquista político-geográfica tem continuidade localmente, através da proliferação dos membros de uma família, que vão ocupando terras mais ou menos contíguas.

“Essas famílias tradicionais que dominam regiões inteiras, diz-nos Cascudo, são berdeiras diretas dos povoadores” (1984:32).

Esse processo resultou, por todo lado, no estabelecimento de redutos que, quanto ao aspecto que está sendo analisado, definem-se pelo predomínio claramente imputável a certas famílias, dentre as quais uma prepondera, estando coligada a outras que lhe são, preferencialmente, aparentadas. As próprias famílias são encabeçadas por líderes de prestígio, de posses mais ou menos largas, dotados sobretudo de poderes administrativos e por muito tempo militares¹. Aos fazendeiros em geral interessa ter a seu lado alguém com trânsito no governo e sobretudo alguém que reúna sob seu comando uma força armada, organizada para defender o que lhe parecer necessário. Ter um aliado desse nível significa poder influir nas suas decisões, fazer possivelmente com que causas próprias (do fazendeiro) sejam tomadas como suas (do aliado) e de todo seu grupo. Não obstante, forças antagônicas não deixaram de disputar o poder sobre um mesmo reduto e os conflitantes findaram amiúde por recorrer às armas, sobre as quais assentavam em grande medida a sua força.

A violência, o poder, a parentela, são termos indissociáveis no contexto social de que se trata aqui. Sob a modesta designação de Pereiras contra Carvalhos, do conflito secular movido na região do Pajeú, no sertão pernambucano, enfrentaram-se Nogueiras, Leites, Mouras e outras diversas facções que por motivo de rixas particulares vão se introduzindo em uma guerra preexistente que polariza os conflitos locais. E quando isso acontece, elas levam consigo seus simpatizantes, empurrando para o pólo oposto os seus desafetos; ou seja, toda uma sessão de parentela, que abrange para além dos familiares, uma gama de aliados, ligados por compadrio, por relações estreitas de amizade, muito freqüentemente fundadas em uma relação entre patrão e empregado. As relações entre o fazendeiro e os homens que habitam sua propriedade e lhe prestam serviços ultrapassavam em muito o âmbito profissional ou empregatício. Tornam-se relações pessoais, e mesmo íntimas; partilham segredos, ambições, preocupações, participam nas decisões, nos momentos mais importantes da vida de ambos. Possivelmente de modo inconsciente, foram estabelecidos vínculos profundos entre segmentos sociais muito diversos que destarte compunham uma mesma parentela abrangente de patrões, empregados, parentes afins, compadres e amigos. Vínculos geradores de relações que ultrapassam a mera prestação de serviços, que implicam uma motivação interna, mais do que uma imposição externa, regidas sobretudo por um sentimento, pela reciprocidade².

Reciprocidade de favores, de benefícios, bem como de presentes. E como em todas as formações sociais regidas pelo princípio da dádiva e da reciprocidade, o crédito pertence a quem mais dá, ao mais pródigo. E à sua maneira, também os líderes locais souberam organizar seus *potlatches*, arrebanhando dessa maneira a fidelidade agradecida de seus beneficiários. O código de ética dos empregados é bem o de morrer pelo seu patrão, a quem devem tudo, a casa de moradia, a terra que cultiva sua roça, o pão de cada dia, o bom casamento das filhas, o emprego dos filhos, as horas de conversa, o empréstimo para comprar seu lote de terra e enchê-lo com a semente de seu futuro rebanho. Em suma, algo que o dinheiro não paga e que, mesmo materialmente falando, nos dias atuais tem um valor que ultrapassa os salários.

O serviço de armas não era alheio ao padrão da relação entre patrão e empregado, desde que se mostrasse necessário. Fazia parte de todo o arsenal de

benefícios mútuos. Em contrapartida, a influência dos chefes políticos junto à máquina administrativa e judiciária garantia ou facilitava a impunidade. Dar proteção a um criminoso, a um foragido da justiça, a um assassino que cometeu a transgressão para “lavar” a sua honra e a de sua família – o panorama da violência sertaneja não é bem descrito se for concebido como resultante de atitudes e intenções meramente individuais – marcou por muitas vezes a inauguração de uma relação desse tipo com a primeira dádiva. Para compensar a proteção recebida, o foragido amiúde ofereceu o seu braço armado, engrossando assim as fileiras das milícias privadas dos líderes locais.

E foi em virtude de uma concessão da honra familiar sertaneja que Virgulino Ferreira, ao lado de dois de seus irmãos, iniciou sua guerra particular contra um vizinho, pertencente à parentela dos Carvalhos³. Passados os primeiros atos de transgressão da lei, foi ao líder de guerra dos Pereiras, família com a qual tinham laços de compadrio, que os Ferreiras foram juntar-se. No início da trajetória do mais célebre cangaceiro da História, nada de absolutamente novo se constata. Mas o que fez de Lampião o Rei do Cangaço?

Cangaceiro era também chamado Sebastião Pereira que chefiava um bando armado, móvel, dedicado exclusivamente à vingança de sua família e aliados a ser perpetrada contra o segmento aglutinado em torno dos Carvalhos. E aquele líder fez-se também célebre pelos seus feitos de guerra ao longo dos anos. No sertão, a mobilização da violência, sobretudo em razão da honra, não deixou de conferir prestígio, proporcional ao radicalismo da dedicação à vida em armas. Adicionalmente, Sebastião Pereira, como expressa o modo como era designado – Sinhô Pereira –, pertencia diretamente a um tronco familiar dominante em sua região; concentrava em si, por assim dizer, um duplo poder. E não obstante, foi um de seus liderados, saído de uma camada social muito inferior à sua, aquele que o ultrapassou, em muito, em celebridade e, acrescento, em poder.

“*Herói, bandido ou vítima?*”, perguntam-se inúmeros intelectuais que se debruçaram sobre a história de Lampião. Com a interrogação traduzem toda a ambigüidade que cerca aquela personagem singular, cujos contornos fugidios parecem revelar àquele que busca maior nitidez, somente o reverso, igualmente volátil, daquilo que procura. Como conjugar termos tão antinômicos quanto celebridade e velhacaria, banditismo e heroísmo, e toda a sorte de atributos díspares associados ao nome de Lampião? No sertão, o uso da violência não é

em si censurada e, como se viu, não exclui a admiração de que são alvo aqueles que a utilizam com maior intensidade. Contudo, se Sebastião Pereira aproximou-se sem maior dificuldade (mesmo excetuando a perspectiva de seus inimigos) de uma figura heróica, Lampião mais facilmente desperta controvérsias. Ironicamente, foi ele o maior responsável pelo período mais atuante de Sebastião Pereira, no ano que antecedeu a retirada definitiva deste do cenário de sua vida guerreira. O clímax da carreira do herói teria significado paradoxalmente o prólogo da trajetória do bandido? Nesse caso, onde residiria a diferença, dado que a intensidade das atuações assume significados tão diversos? No status social de cada um? A origem modesta dos Ferreira terá determinado para Lampião, irremediavelmente, a condição de mero instrumento de poder em mãos alheias, que o manipulariam, nesse caso, desde os bastidores? Lampião não ficou incumbido de prosseguir a vingança dos Pereiras, assumindo a liderança do bando de cangaceiros que lhe foi delegada por seu antigo chefe?

Decerto a intensidade, amplitude e frequência dos ataques de Lampião está na raiz de seus atributos. A primeira grande especificidade de seu cangaço, comparado ao dos outros líderes que o antecederam, está na multiplicação dos seus alvos, espalhados pela imensa extensão de sete estados do Nordeste do Brasil, que ao longo de cerca de 20 anos ele percorreu em trajetos imprevisíveis, quase sempre a pé. De um momento para o outro, as vítimas de sua crueldade não eram mais tão conjecturáveis, e praticamente todos os sertanejos tornaram-se presas potenciais, ainda que não associados a uma facção inimiga. As notícias de sua aproximação de uma região, ainda que fossem boatos infundados, moviam famílias inteiras de suas casas, apressadas em esconder, enterrando por exemplo, seus pertences mais valiosos e acampando em algum matagal aparentemente mais protegido de um eventual ataque⁴. Quando a próspera cidade de Mossoró recebeu o aviso de invasão de um bando de mais de 50 cangaceiros, as autoridades locais trataram de articular a evasão dos cidadãos supostamente mais indefesos por trem e de preparar a defesa da cidade (Nonato, 1965).

A multiplicação dos alvos em si mesma, no entanto, é insuficiente para explicar as controvérsias e o mal-estar gerados pela figura de Lampião, se não for acrescida de uma transformação dos interesses de seu cangaço, por oposição ao de seu antigo chefe. Se o discurso de justificativa do ingresso de Lampião no

cangaço, bem como de boa parte de seus cangaceiros, pautava-se na honra pessoal e familiar – razões tradicionais e facilmente assimiladas naquele contexto social para uma vida votada à guerra e à violência – a sua conduta e mesmo suas palavras não obscureceram interesses de outra natureza: o cangaço de Lampião constituiu-se em um modo de vida extremadamente arriscado, mas também lucrativo, prestigioso, aventureiro. Lampião e seus homens mais eminentes arrecadaram ao longo de anos riquezas invejáveis, suficientes inclusive para que alguns deles tenham-se entregado a atividades de agiotagem junto a coronéis, como foi o caso de José Baiano e de Lampião (Mello, 1985:25). A vingança não era o único resultado dos ataques, motivados também pelo saque e pela extorsão. E ainda pelas alianças.

Certas ações de Lampião foram francamente benéficas para certos líderes sertanejos locais, alguns dentre os quais figuras importantes inclusive em cenário nacional. As alianças de Lampião sem dúvida fomentam as questões levantadas quanto à sua real autonomia: a que interesses serviam seus braços armados? Não seriam aqueles cangaceiros como jagunços exageradamente pérfidos, prontos a esmagarem qualquer inimigo independentemente de ideologias, de ideais de justiça e de religião, que freqüentemente colorem com matizes mais agradáveis a história da violência sertaneja? Com efeito, Lampião não se negou a prestar serviços, conforme ele mesmo admitiu em entrevista a um jornalista (*O Ceará*, 17 de março de 1926), mas ao fazê-lo não deixou de conjugar seus interesses aos daqueles que encontravam imensa vantagem em tê-lo como aliado.

A vida intensa de guerra de Lampião trouxe-lhe um poder assinalável. Tê-lo como aliado significava entre outras coisas não tê-lo como inimigo e só isso era razão suficiente para se procurar ter bom trânsito com cangaceiros que não mostrariam maior hesitação ou piedade em incendiar propriedades, armazéns, saquear os bens que podiam carregar e destruir os que não podiam. Paralelamente à salvaguarda da própria vida e dos próximos, bem como das posses, a amizade com Lampião constituiu uma garantia contra ameaças originadas por outros inimigos, cientes de que um passo em falso poderia ter como contrapartida a prestação de contas a Lampião. Portanto, paradoxalmente, Lampião e seus cangaceiros não significavam apenas ameaça, mas sob muitos pontos de vista,

de muitos sertanejos, constituíam um meio dos mais eficazes de proteção. Proteção que em si mesma foi objeto de comércio dos cangaceiros: o pagamento de uma quantia exigida garantiu por todo lado propriedades intactas, a salvo entre outras coisas dos ataques dos próprios cangaceiros, cujo poder de guerra era tão superior que mais valia pagar para não ser uma vítima. A astúcia de Lampião converteu sua própria ameaça em proteção.

Se a ameaça de Lampião era constante e conscientemente explorada pelo cangaceiro, a sua amizade não implicava apenas sacrifício a temerosos sertanejos. Lampião soube compensar com prodigalidade aqueles que lhe prestavam favores de toda espécie, fosse um conhecido, fosse um desconhecido que o acaso levasse a encontrar em seu caminho. Pagar sem nenhuma parcimônia um almoço oferecido ou solicitado, espalhar como esmola montantes elevados de dinheiro aos pobres, esbanjar bebida e comida nas festas, promover bailes por onde passava, eram atitudes habituais de Lampião, bem como a violência que infligia. Lampião tinha pacto com Deus e com o Diabo, dizem os sertanejos. Certo é que tinha pacto com os homens de todas as camadas sociais sem no entanto curvar-se a nenhum deles e sobretudo, ditando os textos das relações que entabulava. E não exclusivamente pelas armas. A ambigüidade da figura de Lampião só aumenta quando as suas qualidades pessoais são apontadas, tanto por seus admiradores quanto por seus inimigos. Guerreiro indômito, inteligente, hábil no manuseio das armas e dos homens, na guerra e nos momentos de paz, sério, grave, profundamente carismático e de um senso refinadíssimo de sociabilidade e humor, pleno de cortesia e gentileza⁵. “*Lampião parecia cordato*”, contou Sebastião Pereira, lembrando-se de quando o novo companheiro entrou em seu bando (Macedo, 1980:51). “*Lampião era um pai*”, descreveu Dadá, uma das cangaceiras mais antigas do bando. Desde esse ponto de vista, a descrição de Lampião coincide em larga medida com a de líderes locais sertanejos de que era contemporâneo e com quem inclusive conviveu intensamente, eventualmente aprendendo com eles muitos dos artifícios de domínio pessoal por eles praticados. Diante do cangaço foi possível ao sertanejo reconhecer seus próprios códigos de convívio com as classes dominantes, ao mesmo tempo em que se surpreendia com a exacerbação dos mesmos traços aos quais fora habituado: da violência, da generosidade, do domínio.

Nas suas alianças, os procedimentos de Lampião foram a uma só vez semelhantes e diversos daqueles efetuados genericamente pelos sertanejos. Sua força guerreira manteve-se inapropriável por um líder político, conquistando uma autonomia inaudita, embora tenha conjugado aos seus, interesses alheios; usufruía da proteção e das regalias que lhe podiam oferecer seus aliados mais poderosos, para redistribuí-las mais adiante possivelmente a seu exemplo. Como cangaceiro, encarnou uma nova ordem, a partir no entanto de uma série de elementos, de um conjunto de signos preexistentes aos quais rearranjou em nova disposição, de modo a favorecê-lo. A sua subversão consistiu essencialmente nesse mesmo rearranjo, que supôs o abandono de uma posição socialmente reconhecida, mas claramente subordinada, e resultou no reconhecimento de um status novo, comparável ao dos líderes políticos, sem no entanto confundir-se com eles. Foi na condição de cangaceiro que se fez reconhecer, ou seja, como um líder de guerra, poderoso e rico, embora sem terras, sem partido político, e ao mesmo tempo indiscutivelmente dominante. A guerra de Lampião, de alvos equívocos, orientações insondáveis, movimentos imprevistos, terá constituído em si uma estratégia de reversão das relações de poder.

Em que pese sua importância na distinção das tendências no uso do espaço de cada tipo de grupos armados, nem sempre as nuances das relações políticas entre os homens de armas e a sociedade maior que os envolve, a quem eles prestam serviço ou de quem eles extraem poder e prestígio, chega a atingir as superfícies lexicais. O termo “cangaço” propriamente dito não é marcado pela univocidade semântica; ele é inelutavelmente polissêmico. Eis aqui alguns sentidos seus. Cangaço pode significar o equipamento utilizado pelos homens armados, independentemente dos serviços e das funções que prestem e a despeito dos seus objetivos. O cangaço, nesse sentido, geralmente é composto de uma arma de fogo longa, uma arma curta, bolsas para levar munição, comida, remédios etc., cartucheira, água e outros artigos necessários à sobrevivência. Encontra-se também o mesmo termo significando o modo de vida característico dos homens de armas. O cangaceiro é aquele, em primeiro lugar, que tem uma determinada forma de vestir-se e cuja maneira de estar no espaço exige o porte de uma carga específica. A palavra cangaço muito provavelmente deriva de uma anterior canga que significa uma carga qualquer. Resumidamente pode-se dizer que o termo polissêmico

cangaceiro designou, no fim do século XIX e no início do XX, homens armados que formavam bandos com objetivos de pilhagem ou vingança familiar; ou que serviam a um chefe político, a um proprietário de terras ou ainda a um líder religioso nos sertões do Nordeste brasileiro. Após os anos 30 e 40, passou a ser empregado sobretudo para designar homens como Lampião. A passagem da significação generalizante a uma específica de bandido salteador foi, a rigor, conseqüência da enorme celebridade alcançada por Lampião, conhecido como “rei do cangaço”, durante as duas décadas em que ele foi chefe de um bando de cangaceiros. Seu nome, o relato de seus atos, a história de sua vida ultrapassaram as fronteiras regionais e nacionais, atingindo o exterior, invadindo os palcos de teatros, as telas de cinema, as páginas da literatura, tornando-se, desde os anos 60, tema de debates sociológicos.

Com a análise da produção espacial do cangaço de Lampião, aliada ao estudo de suas relações políticas, verifica-se como se efetuou a criação de um território de insegurança e de uma situação de Guerra Total. Nem a fuga, nem a condição de fora-da-lei explicam satisfatoriamente a vastidão do território freqüentado ou a intensa mobilidade dos cangaceiros. O que chamamos de “nomadismo dos cangaceiros” não se reduz a uma reação à ação de forças exteriores, mas possui uma realidade positiva em si mesmo e um motivação que lhe é interna.

Embora Virgulino Ferreira “Lampião” seja o mais famoso entre todos os bandoleiros do sertão nordestino, o cangaço não começou com ele e não se reduz a ele. Dois séculos antes o Cabeleira já agia na zona litorânea do Estado de Pernambuco, pois este fenômeno de banditismo não nasceu no sertão, ele é antes uma importação do litoral (Mello, 1985). Nos caminhos e descaminhos de sua viagem rumo ao Ocidente, o cangaço apresentaria na primeira década do século XX a sua maior expressão sob um único nome. É Antonio Silvino, o “governador do sertão” que de tão famoso chegou a ser contratado pelos donos de engenhos na zona da Mata para lhes prestar serviços (Barbosa, 1977). Antonio Silvino é preso em 1914 e alguns anos depois entra em cena Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, como chefe de bando. Em 1922, com a migração de seu chefe para o Estado de Goiás, Virgulino passa a capitanear um fenômeno de banditismo muito semelhante ao de Antonio Silvino, sem no entanto jamais se deixar contratar, no sentido estrito do termo.

Pode-se dizer que quase todo banditismo sertanejo está baseado na própria característica da sociedade sertaneja porque essa foi, desde sua fase de colonização até os anos 40 do presente século, uma sociedade armada. Como foi referido anteriormente, problemas ligados à honra pessoal ou familiar, à propriedade fundiária, à fome causada pelas secas intermitentes porém longas eram resolvidos muitas vezes pela força. Já que a situação político-partidária produzia certos núcleos de poder que atravessavam as classes sociais uma vez que os laços criados através da fidelidade e das alianças de dívidas e créditos atribuíam poder a agregados familiares, sempre que estes fossem obedientes a quem pudesse protegê-los do braço da Lei e da ação policial, um vaqueiro ou morador de uma fazenda de um potentado local dificilmente seria molestado pelas autoridades. Por seu turno, aqueles que se achassem do outro lado deveriam encontrar seus próprios meios de proteção. Assim fez o já citado Sebastião Pereira, cuja família, vale lembrar, estava em conflito com os Carvalhos há várias décadas. Sebastião Pereira, ao tomar para si a vingança da morte do tio, vendeu suas propriedades, montou um grupo armado e dedicou-se a atacar a família inimiga e todos os que mantivessem com ela laços de amizade.

Um crime no sertão pode acarretar a morte ou prisão de seu agente ou a modificação de sua forma de vida. Morte ou prisão, é claro, por vingança privada ou justiça pública, que sempre podem estar confundidas. A modificação da forma de vida pode-se dar de duas maneiras: 1. o agente migra para uma região distante (outra cidade ou outro Estado); 2. o agente permanece em seu local de origem, mas abdica de seu local de residência, de sua antiga forma de vida e de seu anterior modo de relacionar-se com o espaço, tornando-se nômade. Foi exatamente o que ocorreu com Sebastião Pereira (Macedo, 1975) e com Lampião⁶. A princípio a mobilidade pode ser considerada compulsória e decorrente apenas da perseguição da qual o fora-da-lei é objeto. Em um segundo momento ela tem sua positividade porque, no caso do “cangaceiro vingador” (aquele que tem como objetivo e alvo a vingança contra uma família ou contra um conjunto de famílias inimigas), há um objetivo determinado a ser levado a cabo. No caso do cangaceiro – “profissional” (casos de Antonio Silvino e Lampião, cujos alvos são muito ampliados) –, os objetivos tornam-se múltiplos já que o objetivo da sua ação já não é fixo, passando a variar segundo um complexo e cambiante jogo de alianças e inimizades políticas.

Ao contrário da viagem do migrante, a mobilidade dos cangaceiros não se dá em função de pontos fixos de chegada e partida. O trajeto tem prevalência sobre pontos cambiantes que funcionam como condição dessa mobilidade. São locais de apoio logístico antes de tudo, criados a partir de alianças por vezes temporárias com potentados locais ou com moradores pobres da região rural. As relações seguem sendo de dívida e crédito. Prestar favores aos cangaceiros implica em receber deles outras prestações tais como proteção, serviços de armas, serviços eleitorais, etc. As pessoas que ajudavam os cangaceiros eram chamados de *coiteiros*. Assim como o jogo das alianças atravessa todas as classes, também Lampião compunha um mosaico de sujeitos que permeava todas as condições sócio-econômicas.

De acordo com o que foi tratado anteriormente, a ampliação dos alvos da violência de Lampião e de seus bandos conferiu a esses uma mobilidade sem par e uma atividade que lançou suas ações militares, seu nome, as histórias de suas façanhas e sobretudo seu poder a regiões impressionantemente distantes daquela de sua origem. Ampliação territorial, amplificação dos alvos da violência, exigem igualmente uma complexificação e uma penetração, inusitada na história do cangaço, no campo das alianças políticas com os potentados locais, com os pobres habitantes das veredas percorridas. Só assim seria possível o preenchimento do território por pontos de suporte do movimento. Esse foi o método de heterogeneizar e qualificar o espaço empregue por Lampião e seu bando.

O trajeto cangaceiro opõe-se ao do migrante ainda no que toca às vias de tráfego empregadas. Os bandos chefiados por Lampião evitam a utilização de estradas e vias de comunicação preestabelecidas. Preferem as picadas e as veredas que se multiplicam na caatinga. Assim, sua mobilidade amplifica sua potência enquanto arma de invisibilidade, dificultando a perseguição da polícia que procura imitar-lhe os movimentos. Em virtude da vegetação espinhosa e fechada da região, os cangaceiros tiveram de abandonar tendencialmente o uso de montaria e seu deslocamento era feito à pé. É difícil calcular as distâncias percorridas a cada dia, mas pode-se dizer que um bando podia caminhar de 6 a 20 km diários.

O próprio equipamento dos cangaceiros evidencia a ausência de um ponto fixo de residência. São estes os itens usados por cada homem: uma farda

composta de uma túnica de mescla (brim cáqui, azul ou cinza), uma calça ou um culote do mesmo tecido; um chapéu de abas exageradamente largas feito de couro ou de massa (feltro) – no caso dos chapéus de couro, havia enfeites de couro com desenhos do sol, de metais preciosos na testeira e nas barbelas (tiras de couro para firmar o chapéu). Com efeito o chapéu de couro usado pelos bandoleiros era uma ampliação do chapéu típico do vaqueiro. No século XIX os cangaceiros usavam chapéus de abas curtas. Posteriormente, ainda no início deste século, as abas foram-se ampliando, mas o acréscimo de enfeites só ocorreu com a ascensão de Lampião à chefia de bando. Sobre a túnica levava-se duas cobertas de tecido estampado (em geral bramante), uma para deitar, outra para cobrir; por cima das cobertas, cruzadas sobre o peito, dois embornais (bolsas tiracolo com cerca de 60 cm²) bordados com motivos coloridos; por cima dos embornais a cartucheira de ombro, também cruzada sobre o peito prendendo-se na cintura por uma passadeira que também tinha capacidade para balas; carregava-se ainda um tubo de metal; uma carteira de vaqueiro confeccionada em couro onde encaixava-se um prato de estanho e uma borracha d'água, ou uma cabaça e um cantil. Na cintura, uma cartucheira onde prendiam-se uma arma curta (Colt ou Luger). Nos pés, sandálias de couro, chamada alpercata de rabicho. Nas mãos, uma arma longa: inicialmente rifles Winchester e, depois de 1926, todo o bando teve acesso a fuzis do sistema Mauser. Os homens de Lampião jamais chegaram a ter acesso a armas automáticas ou semi-automáticas. Os policiais que os perseguiam (forças volantes) tinham um fardamento muito semelhante a esse, apenas diferenciando-se dos cangaceiros pela ausência de enfeites, de tecidos caros e metais preciosos em sua indumentária⁷.

Se a forma de organizar o espaço do cangaceiro difere da do migrante e se a distinção dá-se ao nível dos modos de deslocamento, é essa mesma noção que se torna inadequada ao lidarmos com o cangaço nômade de Lampião. Uma outra idéia, muito mais adequada à mobilidade absoluta, que privilegia o trajeto em lugar dos pontos sobre o território, substituirá a de deslocamento. Virilio define o *fleet in being* como:

“...la logistique accomplissant absolument la stratégie comme art du mouvement des corps non vus, c'est la préser ce permanent en mer d'un flotte invisible pouvant frapper l'adversaire n'importe ou et n'importe quand

ILHA

annihilant sa volonté de puissance par la création d'une zone d'insecurité..."
(1977:46).

O *fleet in being* estipula um movimento constante sem finalidade criando um tipo de invisibilidade permanente. A grande vantagem dos exércitos rebeldes é a sua facilidade de movimentação, a sua relação dromológica com o espaço. Essa noção estava vinculada ao espaço marítimo já que este não opõe obstáculos permanentes ao movimento veicular. Não obstante, a noção pode ser estendida ao espaço de estepe, de deserto e de caatinga. Trata-se da mesma questão levantada por Virilio quando explica a invenção do blindado, em 1915:

"...elle s'évade du vieux: trajet linéaire de la route, de la voie ferrée. c'est toute une nouvelle géométrie qu'elle offre à la vitesse, à la violence (...) tout peut désormais devenir trajectoire probable de son assaut, le champ de bataille est devenu comme glaciais maritime, sans obstacles..." (1977:62).

Desfazer e desmontar trajetos previamente traçados sobre o qual o deslocamento é facilmente copiável, sujeito à perseguição, é o mesmo, que desmontar a noção de distância, criando-se uma nova territorialização sem malhas e sem centros. Se na Europa do início do século esta geometria dos caminhos e das trajetórias foi possível devido a invenções técnicas, no sertão ela só se tornou viável pelo abandono de um meio técnico de deslocamento: o cavalo. O "*glacis maritime*" cangaceiro foi criado à custa da penetrabilidade única do corpo e sua carga indispensável enquanto método de esvanecer os obstáculos permanentes. Assim o cangaceiro transformou a caatinga em um espaço de Guerra Total.

Desprezando as estradas, os cangaceiros ganhavam mobilidade extra. Não estavam limitados à parca rede viária que as *rodagens* (estradas) podiam fornecer; eram capazes de atingir locais inesperados sem serem esperados. "Nós vivíamos constantemente com medo. Ninguém tinha paz. Um pequeno 'bac' que se ouvia se assustava pensando que era os cangaceiros." Essa breve declaração de D. Cira, ao falar do ataque sofrido em Piranhas pelos grupos de Gato e de Corisco – ataque cujo alvo era ela própria – revela que o sertão nordestino, ao menos nas áreas atingidas pelo cangaço, havia-se transformado numa enorme zona de insegurança.

Lampião rejeitava as estradas, odiava-as. Elas complicavam as fugas pois traziam grande contingente de policiais, artilharia, se fosse necessário. O cangaço de Lampião rejeitava as vias de condução porque tinha já pronto um bom meio para si, a caatinga, e por outro lado porque a multiplicação dos caminhos facilmente transitáveis trazia consigo o acirramento da perseguição de que era objeto. Concluindo, por seu turno, que devia proteger as estradas, a polícia providenciou o fornecimento de metralhadoras Tompson para as obras, como também promoveu a criação de sedes de destacamento que desapareciam na medida em que as rodovias ficavam prontas.

Não obstante, é constatável na documentação analisada que os bandos usavam estradas e montarias. Isso dava-se esporadicamente e quando as condições eram favoráveis e obrigavam a isso. A estrada não foi o meio privilegiado de deslocamento. Ela favorece o controle da direção e do sentido. Está sujeita à supervisão, à vigilância, ao controle de velocidade, ao embarreamento para checagem de peso ou conteúdo do que é transportado. Ela constitui um meio de controle do fluxo dos homens e daquilo que transportam. Enfim, a estrada é um meio de comunicação que liga dois pontos que, a despeito das ramificações que pode apresentar, sempre e apenas liga dois pontos: o de partida e o de chegada.

O cangaceiro não recusa a montaria em si mesma. Sua natureza social muitas vezes é de cavaleiro. Esse é o caso de Virgulino e de seus irmãos. É que o cavalo e o jumento empurram para a estrada, lá onde circulam volantes, espiões; onde há visibilidade exagerada; onde os locais favoráveis à emboscada são escassos; onde, enfim, o caminho é único ou duplo, de mão e contramão. A viagem pela estrada é de ida e volta, enquanto a dos cangaceiros faz-se em múltiplo sentidos.

Virgulino Ferreira assumiu o bando de Sinhô Pereira em 1922, herdando desse as primeiras alianças com potentados locais. Em primeiro lugar, vale repetir, copiando uma atitude política própria de seu chefe e mestre. Acoplada a essa atitude estava uma certa forma de heterogeneizar o espaço. Em seguida desvinculou-se dos laços definitivos e fixos que o levariam, devido à sua condição social, à posição de subalterno. Criou-se então um tipo de territorialidade na qual o trajeto tinha prevalência sobre o ponto, de modo a criar-

se um “espaço liso não dirigido” (Deleuze & Guattari, 1980). Objetivos parciais e mutáveis, invisibilidade derivada da intensa mobilidade, criação ilimitada de alianças, de pontos de apoio logístico, negação dos trajetos preestabelecidos produzindo uma zona de insegurança: esses são os traços do espaço organizado pelo cangaço de Lampião.

O mais famoso chefe bandoleiro da história do Brasil morreu em 1938, numa emboscada feita a seu bando numa ravina a alguns quilômetros do rio São Francisco, na fronteira dos Estados de Sergipe e Alagoas. Mais nove homens de seu bando foram mortos e, como ele e sua mulher Maria, degolados. Após 1938 o cangaço iniciou sua vertiginosa desapareição, até que em 1940 morreu Corisco, não mais como cangaceiro, mas como retirante. Desaparecia então para sempre esse antigo fenômeno de banditismo, como também o cangaço específico de Lampião.

Referências

- ABREU, C. Sobre uma história do Ceará. In: *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* pp. 219-231, Ed da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930.
- ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo, Ed. Itatiaia / Edusp, 1982.
- ALMEIDA, E. (1926) *Lampião – Sua História*. João Pessoa, Editora Universitária, 1996.
- BARBOSA, S. *Antonio Silvino – O Pilar de Ouro*. Recife, (mimeo), 1977.
- CASCUDO, L. C. *Viajando o Sertão*. Natal, Ed da CERN.
- CHANDLER, B. J. *Lampião, Rei dos Cangaceiros*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Capitalisme et Schizophrénie – Mille Plateaux*. Paris, Minuit, 1980.
- FERRAZ, M. *O Canto do Acauã – Das Memórias de Manuel Flor, Ex-cormandante das Forças Volantes*. Belém, s/n, 1978.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 2 vols., 1976
- KOSTER, H. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, Paternoster Row. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1942.
- LIRA, J. G. *Lampião: Memórias de um Soldado de Volante*. Recife, Fundarpe, 1990.
- MACEDO, N. *Lampião: Capitão Virgulino Ferreira*. Rio de Janeiro, Renes, 1975.
- MACEDO, N. *Sinhô Pereira – o Comandante de Lampião*. Rio de Janeiro, Renes, 1980.

- MARQUES, A. C. *Domínios de Lampião, Nomadismo e Reciprocidade*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- MELLO, F. P. *Guerreiros do Sol – O Banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife, Massangana, 1985.
- MELLO, F. P. *Quem Foi Lampião*. Recife, Zurich Stahl, 1993.
- NONATO, R. *Lampião em Mossoró*. Mossoró, Pongetti, 1967.
- OLIVEIRA, X. A. L. Lampião, cangaço e Nordeste. *O Cruzeiro*, 1970.
- OLIVEIRA, X. A. L. *Beatos e Cangaceiros*. Rio de Janeiro, s/e, 1920
- PORTO, C. s.d. O Pastoreio na Formação do Nordeste. *Cadernos de Cultura*, s.l.
- PRATA, R. *Lampião*. Ariel, s/e, 1934.
- SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957.
- SODRÉ, L. W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- VILLELA, J. M. *A Organização Espacial do Cangaço Chefiado por Virgulino Ferreira da Silva, Lampião (1922-1928/1928-1938) ou Como Produzir Território em Movimento*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- VIRILIO, P. *Vitesse et Politique – Essai de Dromologie*. Paris, Galilée, 1977.
- VIRILIO, P. L. *Insecurité du Territoire*. Paris, Stock, 1976.

Vídeos

- MELLO, F. P. *Roupas e Apetrechos dos Cangaceiros*, 1988.
- CAPOVILLA, M. *Último Dia de Lampião*
- ABRÃO, B. *Lampião Rei do Cangaço (11 restantes das cenas)*, 1936.

Documentos

- *Boletim do Comando da Força Pública do Estado da Bahia*. Arquivo do Quartel dos Aflitos (Salvador)
- *Volumes de Telegramas da Repartição Central de Polícia do Estado de Pernambuco*. Arquivo Jordão Emerenciano (Recife)
- *Boletins do Comando das Forças em Operação no Nordeste da Bahia*. Arquivo do Quartel dos Aflitos (Salvador)

- *Relatórios dos Chefes de Polícia do Estado de Pernambuco*. Arquivo Jordão Emerenciano
- *Relatórios dos Presidentes do Estado de Pernambuco*. Arquivo Jordão Emerenciano
- *Relatório dos Serviços Prestados pela Repartição Central de Polícia Durante o Ano de 1927*
Apresentado ao E.xmo Sr. Dr. Secretário da Justiça e Negócios Interiores pelo Dr. Eurico Souza Leão
- *Convênio Celebrado entre as Polícias do Ceará e Rio Grande do Norte, Paraíba Alagoas, Sergipe e Bahia em 12/7/1935*
- *Relatório dos Serviços Prestados pelo 2º Sargento da Força Policial do Estado, Euclides de Souza Ferraz*

Entrevistas

Sr. Jerônimo Ribeiro (Uauá); sargento José Ramos (Uauá); D. Mariá e Sr. Francino (Tucano); Ioiô de Professora (Euclides da Cunha); Cira Britto Bezerra e Paulo Britto Bezerra (Recife); Edeval (São Paulo); Sila (São Paulo)

Jornais

Diário de Pernambuco
O Ceará

Notas

1) A designação de coronel até hoje utilizada para chefes políticos locais sertanejos tem origem nos títulos militares da guarda nacional do Império que por sua vez exprime uma continuação de delegação de honras militares aos potentados sertanejos mais influentes.

2) Para uma análise e descrição mais detidas do problema da reciprocidade no cangaço de Lampião ver Marques (1995) como também Villela (1995). As citações referentes aos informantes e aos